

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                         |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                              | <b>2</b>  |
| Título: Índios têm oferta de R\$ 49,6 mi por linhão .....                               | 2         |
| <b>Título: Licença sai com ou sem aval de índios, diz governo .....</b>                 | <b>3</b>  |
| Título: Elétricas atraem com dividendos e perspectivas de mais privatizações .....      | 4         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                 | <b>5</b>  |
| Título: Governo quer contrapartida social para liberar verba do pré-sal a estados ..... | 5         |
| Título: Diretor da Petrobras pede demissão .....                                        | 7         |
| Título: Forno .....                                                                     | 8         |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                           | <b>8</b>  |
| <b>Título: Até Bolsonaro terá de passar por raios X em voos da FAB .....</b>            | <b>8</b>  |
| Título: Privatização: mais espuma do que chope .....                                    | 10        |
| Título: ANP cria regra para divulgar preços de gasolina e diesel .....                  | 10        |
| <b>Título: Eletronuclear: Angra 3 deve iniciar operação em 2026 .....</b>               | <b>11</b> |

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 06/07/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Índios têm oferta de R\$ 49,6 mi por linhão**

Indenização tenta tirar do papel linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista

Na expectativa de dar fim ao impasse indígena que envolve a construção da linha de transmissão de energia que ligará Manaus (AM) a Boa Vista (RR), a concessionária Transnorte Energia, dona do projeto, colocou suas contas à mesa. O pacote de indenizações oferecido ao povo waimiri atroari, cuja terra indígena em Roraima é cortada pelo traçado da linha, chega a R\$ 49,635 milhões. O Estado teve acesso ao Plano Básico Ambiental indígena que a concessionária Transnorte, que pertence à estatal Eletronorte e à empresa Alupar, entregou para a Fundação Nacional do Índio duas semanas atrás.

O documento era exigido pelos indígenas. No estudo, a empresa afirma que identificou 37 impactos da obra nas terras indígenas e na vida dos 2,1 mil índios que vivem no local. Desses, dez impactos foram considerados reversíveis, ou seja, terão efeito temporário na vida dos índios. Outros 27 foram considerados irreversíveis, com reflexo constante para a população indígena. O desembolso dos R\$ 49,635 milhões foi dividido em três tipos de compensação. Para financiar 18 programas de proteção e compensação ambiental na etapa de construção da linha, prevista para três anos, a proposta é alocar R\$ 18,379 milhões.

Uma segunda compensação de R\$ 3,555 milhões, que seria paga em parcela única, está relacionada à indenização da área total de 66 hectares que será ocupada pelas 250 torres da linha que serão erguidas na terra indígena. A terceira parcela está ligada aos impactos irreversíveis, que envolvem, por exemplo, alteração de rotas indígenas na floresta, aumento de ruídos e perda de vegetação. Para esse bloco, a proposta foi de R\$ 27,701 milhões. O pagamento seria feito anualmente, em parcelas de R\$ 1,025 milhão, e a empresa ficaria 27 anos à frente da operação.

"Construímos essa solução com os indígenas e estamos certos de que chegaremos a uma solução juntos. Essa obra é estratégica e relevante para o País", disse ao Estado o diretor técnico da Transnorte, Raul Fernando Ferreira. A reportagem apurou que a proposta da Transnorte não atendeu às expectativas dos indígenas. Na Funai, interlocutores reclamaram, por exemplo, do custo de

indenização das terras que serão utilizadas. A concessionária, que alega ter se baseado em valores do Incra, estabeleceu o preço de R\$ 4.126 para cada hectare. Isso significa comprar uma área do tamanho de um campo de futebol com menos de R\$ 5 mil.

Essa é a primeira vez que a concessionária apresenta valores ligados às medidas de mitigação de impacto do projeto. Mais de sete anos depois de ter vencido o leilão para construir a linha de transmissão, último trecho que falta no País para interligar a rede nacional de energia, a Transnorte não conseguiu avançar nem um milímetro sequer no projeto, porque não obteve licença ambiental. O presidente Bolsonaro tem cobrado a liberação da linha. Leiloada em setembro de 2011, a rede Manaus-Boa Vista tinha prazo de três anos para ficar pronta, com entrada em operação prevista para janeiro de 2015. Do total de 721 km do traçado previsto para ser erguido em área próxima da BR-174 que liga as duas capitais, 125 km passam pela terra indígena, onde estão 54 aldeias e vivem 2,1 mil índios.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 06/07/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** André Borges / BRASÍLIA

**Título:** Licença sai com ou sem aval de índios, diz governo

Com ou sem o aval dos indígenas e da Funai, o governo diz que vai liberar o licenciamento ambiental do projeto da linha Manaus-Boa Vista ainda neste mês. O Ibama, responsável pela emissão da licença de instalação, aguarda apenas o parecer da Funai para autorizar a obra. Internamente, servidores da Funai têm sido pressionados para se posicionarem sobre o assunto nas duas próximas semanas, mais precisamente até o dia 21. Para além da questão da questão indígena, a concessionária ainda depende de uma solução para o reequilíbrio financeiro de seu contrato.

Conforme revelou o Estado no mês passado, a concessionária cobra uma taxa extra de R\$ 966 milhões do governo, sob alegação de que foi prejudicada pelo atraso nas obras e que não teve culpa de nada. A empresa quer receber uma fatura anual de R\$ 395,7 milhões pelos próximos 27 anos, para operar a linha que vai construir. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rejeitou a proposta, derrubou boa parte das justificativas da concessionária e fez uma contraoferta: pagamento anual de R\$ 256,9 milhões, pelo prazo de 19 anos e meio.

O caso segue em negociação. Por meio de nota, o **Ministério de Minas e Energia** disse que "estão sendo respeitados todos os procedimentos do

processo de licenciamento ambiental" e confirmou que a licença de instalação, documento que libera o início efetivo da obra "está prevista para o fim de julho". Sobre o impasse financeiro, declarou que "a questão contratual está sendo tratada em paralelo". "O Ministério de Minas e Energia está comprometido com o atendimento eletro-energético aos consumidores de energia elétrica do Estado de Roraima e a minimização dos custos para todos os consumidores do País", declarou o MME. Procurada, a Funai não se manifestou.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 06/07/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Renato Carvalho**

**Título: Elétricas atraem com dividendos e perspectivas de mais privatizações**

### **Broadcast de olho nas ações**

As empresas de energia elétrica estão no centro das atenções dos investidores neste momento, por conta das ofertas de ações já realizadas e previstas para os próximos dias. A abertura de capital da Neoenergia e a oferta subsequente da Light apresentaram boa demanda, e demonstram a confiança no setor. Segundo analistas, os dividendos e a perspectiva de privatizações de estatais federais e estaduais reforçam o otimismo. O analista da Nova Futura, Alexandre Faturi, aponta Cemig e Engie como as preferidas da corretora no setor, e está otimista para o segundo semestre.

"Em relação à Engie, maior companhia privada de geração de energia elétrica no País, entendemos que as operações de M&A beneficiam a empresa, que se consolida no segmento de geração de energia. Já no caso da estatal, contemplamos a possibilidade de privatização no segundo semestre, visto que o Estado de Minas Gerais permanece pressionado pelo atual nível do déficit fiscal." O analista da Mirae Asset, Pedro Galdi, lembra que as empresas do setor são muito procuradas pelos investidores que buscam retorno por dividendos. Ele lembra ainda que outras operações de privatização, como a diminuição da participação da Cemig na Light, devem ocorrer.

O bom desempenho do setor depende muito do ritmo da recuperação econômica, segundo Alvaro Bandeira, economista-chefe do Modalmais. "O IPO da Neoenergia foi um bom exemplo de um setor que pode começar a recuperação, depois das mudanças caóticas do passado. O futuro depende muito da retomada do crescimento econômico e de acompanhar mudanças na matriz energética do País, principalmente no que tange a usar o gás natural em substituição ao óleo combustível nas usinas térmicas, com menor custo."

Bandeira aponta a Eletrobras como melhor alternativa dentro do segmento, por conta da possibilidade de capitalização e privatização.

Ricardo Peretti, estrategista de Pessoa Física da Santander Corretora, destaca vários fatores que beneficiam as elétricas, principalmente em tempos de recuperação da atividade econômica. "Elas têm receitas normalmente reajustadas pela inflação, estabilidade de geração de caixa, bons retornos pela distribuição de dividendos e oportunidades de crescimento em todos os três segmentos de atuação (geração, distribuição e transmissão de energia)", explica. Dentre as preferências, Peretti destaca Energisa e Equatorial, no segmento de distribuição, Alupar, no segmento de transmissão, e Cesp, exclusiva de geração.

Para a próxima semana, o Santander fez uma alteração em sua carteira, retirando Lojas Renner ON e inserindo Rumo ON. Quem também fez somente uma alteração foi a Terra Investimentos, com a saída de Itaú Unibanco PN e a entrada de Bradesco PN. A Guide Investimentos fez duas alterações. Saíram EcoRodovias ON e Lojas Americanas PN, e entraram Duratex ON e B3 ON. No caso desta última, os analistas esperam que os números operacionais continuem trajetória de crescimento neste ano. A Mirae trocou toda sua carteira, que será composta por Banrisul PNB, Cemig PN, GPA PN, Petrobras PN e Ultrapar ON. A Nova Futura também fez uma alteração total, e as recomendações ficam com Lojas Americanas PN, Cemig PN, Braskem PNA, Gerdau PN e Sabesp ON.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 06/07/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Fábio Pupo

**Título:** Governo quer contrapartida social para liberar verba do pré-sal a estados

Brasília - O Ministério da Economia planeja impor um conjunto de condições para repassar recursos do pré-sal a estados e municípios.

O plano em estudo prevê que os entes melhorem números da educação básica, reduzam a mortalidade infantil, avancem no índice de saneamento e mudem regras do mercado de gás. Além disso, o governo quer aumentar a rigidez de tribunais de contas regionais.

O secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirma que as condicionantes devem ser incluídas em um projeto de lei a ser enviado ao Congresso ainda neste ano.

Os repasses serão feitos por meio do fundo social, criado em 2010, que recebe royalties e participações especiais da exploração do pré-sal.

O objetivo era que fundo servisse como uma poupança do governo para quando o dinheiro do petróleo diminuísse, o que ajudaria a financiar o desenvolvimento do país.

O fundo é hoje totalmente da União, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já mencionou que quer repassar até 70% do montante para estados e municípios no futuro.

De acordo com Rodrigues, a distribuição de recursos deve durar 35 anos, nos planos do ministério, começando no ano que vem e durando até 2054.

Em até dez anos, diz Rodrigues, as novas condicionantes devem substituir itens que provocam discussões entre governo federal e estados, relativos a desonerações a exportações.

Essas compensações são feitas hoje por meio do FEX (Auxílio-Financeiro de Fomento às Exportações) e da Lei Kandir, que demandam aproximadamente R\$ 4 bilhões ao ano em repasses.

O governo defende já ter ressarcido os Estados conforme a lei exigia, mas todo ano os governadores demandam os recursos em meio a questionamentos sobre os valores. Por isso, o governo quer usar o projeto para pôr fim ao debate.

"Alargada dele [do plano] é eliminar a discussão sobre Lei Kandir e FEX", diz Rodrigues.

Uma vez aprovada a proposta, a ideia é continuar repassando os R\$ 4 bilhões e adicionar um valor extra do fundo social a quem cumprir as novas condições a serem estabelecidas.

O valor do repasse extra ainda não foi decidido pois está sendo discutido com congressistas e governadores. No total, o valor anual a ser transferido aos entes pode ultrapassar R\$ 6 bilhões.

Hoje, o fundo social recebe cerca de R\$ 17 bilhões ao ano pela exploração do pré-sal. Mas as projeções do ministério apontam que o montante pode chegar a R\$ 30 bilhões nos próximos anos com o aumento da exploração.

"A partilha a ser feita a partir do fundo social vai crescer exponencialmente", afirma o secretário.

A descentralização dos recursos faz parte do plano "Mais Brasil, menos Brasília" do ministro de Guedes.

Ele manifesta desde a campanha eleitoral a intenção de distribuir recursos da União e aumentar repasses para os demais entes da Federação para evitar a dependência do governo federal vivida pelos administradores regionais.

Apesar das discussões, o secretário afirma que o ministério tem preocupação sobre a liberação dos recursos diante do diagnóstico de que órgãos de controle subnacionais não têm hoje a mesma rigidez dos federais.

Tribunais de contas estaduais já dão aval hoje, por exemplo, a cálculos sobre gastos com pessoal com metodologias que excluem Imposto de Renda e outros itens, fazendo com que as despesas pareçam menores do que são.

"O governo tem como diretriz um novo formato para o federalismo fiscal brasileiro [descentralizando recursos]. Mas ao mesmo tempo temos outro olhar, de como o atendimento às regras fiscais e o zelo pelo recurso público vai ser feito", afirma.

Para atender a essa preocupação, Rodrigues afirma que o governo vem estudando com o Legislativo projetos para que tribunais de contas estaduais e municipais tenham metodologias mais próximas a diretrizes do TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo ele, a ideia é que os repasses da União cresçam conforme a melhoria do controle seja observada. "A intenção de descentralizar recursos vai seguir em velocidade que observe como esse controle vai ser melhorado", diz.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 06/07/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Diretor da Petrobras pede demissão

Responsável pela apuração interna de denúncias, o diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, Rafael Mendes, renunciou ao cargo nesta sexta (5).

Em nota, a estatal disse que o executivo pediu para sair por razões pessoais.

A Folha apurou que Mendes vinha se desentendendo com a gestão da companhia e que a situação piorou após acordo entre o Walmart e o governo dos EUA para encerrar investigação sobre pagamento de propinas no Brasil, na Índia, na China e no México.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 06/07/2019****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: Forno****Painel S. A.**

O consumo energético subiu em praticamente todos os setores da economia brasileira em maio, em relação ao mesmo mês de 2018, segundo a comercializadora Comerc, que analisa mais de 900 empresas que compram energia no mercado livre. O maior gasto costuma ser considerado um indicador de que a economia ganhou tração.

Base baixa

O motivo para a alta, porém, não é tão animador. Maio do ano passado foi marcado pela crise dos caminhoneiros, que fez despencar a atividade industrial.

Luz acesa

A situação é particularmente ruim para a indústria de manufaturados, que inclui produtores de insumos intermediários e de bens finais do setor madeireiro. Mesmo na comparação com o mês da paralisação, houve queda de 1,26% no gasto de energia.

com Igor Utsumi e Paula Soprana

**VEÍCULO: O Globo****Data: 06/07/2019****Seção: O País****Autor: JUSSARA SOARES E GUSTAVO MAIA****Título: Até Bolsonaro terá de passar por raios X em voos da FAB**

Depois de militar da Aeronáutica ser flagrado com 39 quilos de cocaína em avião da Presidência, GSI muda procedimentos de segurança em viagens

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comandado pelo ministro Augusto Heleno, está implementando ajustes nos procedimentos de viagens após a prisão do militar da Aeronáutica que integrava a equipe de apoio à comitiva presidencial, na semana passada, com cocaína. De agora em diante, além de

toda a tripulação e equipe, até o presidente Jair Bolsonaro terá de passar pelo detector de metais e raios X antes de embarcar no avião da Presidência. O novo método de segurança foi utilizado pela primeira vez na última quarta-feira, antes da ida de Bolsonaro a São Paulo, onde ele participou de um evento no Comando Militar do Sudeste.

Anteriormente, somente as bagagens despachadas passavam pelo raio-x e pelo critério de amostragem —técnica em que a checagem é feita em apenas algumas pessoas, aleatoriamente. Agora, a fiscalização ampla de malas e passageiros será realizada sem exceção. De acordo com uma integrante da comitiva presidencial, todos os cerca de 30 passageiros tiveram de passar pelos novos procedimentos de segurança. Bolsonaro teria pedido para também ser submetido à checagem. O aumento do rigor no procedimento foi confirmado ao GLOBO por três fontes do Palácio do Planalto.

Os ajustes ocorreram uma semana depois de o segundo-sargento Manoel Silva Rodrigues, de 38 anos, ter sido preso com 39 quilos de cocaína na bagagem de mão em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), em Sevilha, na Espanha. Ele participava de uma missão precursora para a viagem Bolsonaro ao Japão, onde participou da reunião do G-20. O GSI prepara para o final da próxima semana uma apresentação detalhada de como são os procedimentos de segurança do presidente. A demonstração será feita para jornalistas que cobrem o Palácio do Planalto.

#### CRÍTICAS DE CARLOS

Os ajustes na segurança ocorrem depois de um dos filhos do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro (PSCRJ), ter criticado publicamente o GSI. Apesar de incomodada, a ala militar do governo evita fazer comentários sobre o caso e não relaciona a mudança dos procedimentos às manifestações do vereador. No Twitter, na segunda-feira passada, Carlos afirmou que os homens do GSI estão subordinados a algo “em que ele não acredita”. Três dias depois, voltou a se pronunciar quando um empresário se matou na frente do **ministro de Minas e energia, Bento Albuquerque**, e do governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, durante um evento em Aracaju. “Mais uma falha de segurança. Seria bom a segurança do Presidente ficar mais atenta”, escreveu o vereador em postagem na internet.

#### “PRISÃO FOI ALERTA”

Em entrevista à Globo- News, o ministro Augusto Heleno afirmou que a prisão do segundo-sargento da Aeronáutica serviu como um alerta: —Isso aí foi um alerta: olha, não dá para confiar. Tem que realmente fiscalizar tudo. Heleno ressaltou que a própria FAB e o Ministério da Defesa já anunciaram que irão

aperfeiçoar a checagem. Ele afirmou, no entanto, que não sabe e não tem meios para dizer se a mala com os 39 quilos de cocaína passou pelo raio-x, repetindo que o ministério que chefia não era responsável no episódio. O ministro afirmou que o militar cometeu um ato muito grave, classificado por ele como um “crime de lesa-pátria”.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 06/07/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Privatização: mais espuma do que chope

Enquanto o empresário Salim Mattar dizia ontem, em São Paulo, que é um “privilégio estar no governo e promover a venda de empresas”, a resistência às privatizações cresce com apoios importantes no próprio governo do qual o empresário é secretário de Desestatização. Quer um exemplo? O senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, é um dos integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa de Furnas, que tem 402 deputados e 50 senadores. Aliás, além do “01”, a Frente — que é contra a venda da estatal de energia e será lançada na terça — conta com o apoio de 35 outros membros do PSL, partido de Bolsonaro, incluindo o presidente, Luciano Bivar.

### **Toma que o filho é teu**

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, terão um encontro no próximo dia 16 —em campo neutro: Santa Fé, na Argentina —, para tentar pôr fim ao impasse que mantém a companhia brasileira como a responsável pelo abastecimento de gás no país vizinho. Esse negócio já deu uns US\$ 200 milhões de prejuízo para a estatal brasileira nos últimos 13 anos.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 06/07/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** BRASÍLIA E RIO

**Título:** ANP cria regra para divulgar preços de gasolina e diesel

Objetivo é aumentar transparência. Empresas terão de publicar valor de venda dos produtos

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP) aprovou ontem novas regras para aumentar a transparência de preços no setor —uma

para os principais derivados de petróleo, como gasolina e diesel, nos segmentos de produção, importação e distribuição, e outra sobre o gás natural.

Produtores e importadores de derivados como gasolina e diesel serão obrigados a publicar os preços vigentes de venda dos produtos. Os preços atualizados, bem como os praticados nos 12 meses anteriores, deverão ser informados no site da empresa, sem impostos, para pagamento à vista, por ponto de fornecimento e modalidade de venda.

No caso do gás natural, a ANP quer a divulgação dos preços médios ponderados por volume e demais dados relevantes, a partir de informações fornecidas pelos agentes vendedores. A agência publicará os contratos de compra e venda firmados com distribuidoras locais de gás canalizado.

Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, as regras visam proteger os interesses do consumidor e reduzir a diferença de preços.

"Estamos fazendo uma revolução na transparência... e a transparência constrange", disse.

A regra para gasolina entra em vigor 30 dias após publicação no Diário Oficial. A do gás, 60 dias depois.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 06/07/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: RAMONA ORDONEZ**

**Título: Eletronuclear: Angra 3 deve iniciar operação em 2026**

Governo busca parceiros privados para concluir usina, que teve obras paradas após a Lava-Jato

O presidente da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães, disse ontem que espera que a usina nuclear de Angra 3 inicie operações em 2026. O governo federal busca parceiros privados para a retomada e conclusão das obras.

Segundo Guimarães, até o momento foram gastos R\$ 10 bilhões nas obras, que foram iniciadas na década de 1980. O presidente da Eletronuclear acrescentou que, para concluir a usina, serão necessários R\$ 15 bilhões. As obras foram paralisadas em 2015, diante do escândalo de corrupção revelado pela Lava-Jato.

O executivo, que participou de encontro com empresários junto com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, no Rio, enfatizou que, se a usina não

for concluída, serão gastos mais de R\$ 10 bilhões. Atualmente, as obras de Angra 3 estão 62% prontas.

Segundo Guimarães, a expectativa é que a assinatura dos contratos com futuros parceiros, ainda não definidos, ocorra até o fim do próximo ano. Empresas americanas, francesas, chinesas e russas já manifestaram interesse.

Albuquerque disse que o Brasil vai investir R\$ 1,5 trilhão em petróleo e gás até 2027, outros R\$ 550 bilhões no setor de geração e transmissão de energia elétrica e mais R\$ 80 bilhões no setor mineral.

**MME / ASCOM .**